

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

## EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

### ALGUNS ASPECTOS DE INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA REGULAR

*Some aspects of inclusion of a child with Autism Spectrum Disorder in a regular school*

**Inácio Antônio Athayde  
Oliveira**

*Secretaria de Educação do Distrito  
Federal*

[inacio.athayde@gmail.com](mailto:inacio.athayde@gmail.com)

**Michelly Cristiane das  
Neves**

*Prefeitura Municipal de Goiânia,  
PMGO*

[michellycn1@gmail.com](mailto:michellycn1@gmail.com)

**Rui Seimetz**

*Universidade de Brasília*

[rseimetz@unb.br](mailto:rseimetz@unb.br)

**Resumo:** Esta pesquisa se propõe a realizar um estudo de caso abrangente sobre a inclusão de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola regular. O objetivo é analisar de maneira crítica como as políticas de inclusão estão sendo implementadas, considerando aspectos como acolhimento, adaptação de materiais, presença de professores de apoio, existência de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e depoimentos da mãe do sujeito envolvido no processo de aceitação na instituição de ensino. Com base nas respostas obtidas sugerem-se adaptações e possíveis soluções para a gestão escolar efetivamente participar do processo de inclusão.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Inclusão em Escola Regular de uma criança com TEA; Atendimento Educacional Especializado.

**Abstract.** *This research aims to carry out a comprehensive case study on the inclusion of a child diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) in a regular school. The objective is to critically analyze how inclusion policies are being implemented, considering aspects such as reception, adaptation of materials, presence of support teachers, existence of Specialized Educational Assistance (AEE) rooms and statements from the mother of the subject involved in the process acceptance into the educational institution. Based on the responses obtained, adaptations and possible solutions are suggested for school management to effectively participate in the insertion process.*

**Keywords:** *Autism Spectrum Disorder, Insertion of a child with ASD, Specialized Educational Service.*

## 1. Introdução

O contexto educacional voltado para perspectiva inclusiva Transtorno do Espectro Autista – TEA é um campo que precisa ter melhor clareza de entendimento entre os agentes envolvidos no ambiente escolar para esse grupo de estudante possa ter garantia de um processo de ensino e aprendizagem que respeite suas especificidades.

Uma compreensão mais geral, o TEA pode ser apresentado como sendo um transtorno que possui as principais características: dificuldade de interação social, comportamentos estereotipados, atrasos na linguagem, seletividade, entre outros. Os pesquisadores, (Baptista e Bosa, 2003, p.28.29) afirmam que:

O Autismo hoje é visto como nos mostra dentro das classificações atuais, como comprometimento de três áreas principais: Alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, modalidades de comunicação, interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos.

A partir da quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV,1995, p.438), o Transtorno do Espectro do Autista deve preencher os seguintes critérios: a) Déficits persistentes na comunicação social e nas interações sociais em múltiplos contextos, manifestadas de todas as maneiras seguintes: 1) Déficits na reciprocidade socioemocional; 2) Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social; 3) Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais; b) Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, conforme manifestados por pelo menos dois dos seguintes itens: 1) Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipadas ou repetitivos; 2) Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal. 3) Interesses fixos e altamente restritivos que são anormais e intensidade ou foco. 4) Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente. 3) Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento; 4) Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente. 5) Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é apresentar um estudo de caso de um estudante com Transtorno do Espectro Autista baseado em respostas a perguntas feitas para a mãe da criança na perspectiva da educação inclusiva com intuito de auxiliar a família e os profissionais que convivem com estudante com TEA matriculados em escolas do ensino regular. Com base nas respostas obtidas os autores do trabalho sugerem adaptações e possíveis soluções para a gestão escolar efetivamente participar do processo de inserção.

## 2. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Educação e os direitos garantidos por documentos oficiais brasileiros

Inicialmente, é importante pontuar que todas as pessoas com TEA tem direito ao acesso à educação. Porém, esse grupo de estudante e suas famílias enfrentam muitos obstáculos e desafios relacionado ao cenário escolar numa perspectiva inclusiva. Assim, pontuam-se alguns documentos fundamentais que devem ser de conhecimento dos envolvidos no espaço escolar com estudantes autistas.

A política de educação especial brasileira se articula numa perspectiva inclusiva. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define o público-alvo, tendo o estudante TEA incluídos nesse grupo. Esse documento orienta os sistemas de ensino para garantir:

acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, p.14, 2008).

Em dezembro de 2012, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e as garantias, sendo um marco no que tange a proteção das pessoas com transtorno do espectro autista. A Lei Berenice Piana, além de garantir a obrigatoriedade do gestor escolar de unidades educacionais públicas e privadas de efetivar a matrícula de estudantes com TEA em classes comuns de ensino regular, também prioriza, em casos de comprovada necessidade, o estudante com Transtorno do Espectro Autista o direito em ter um acompanhante especializado; o incentivo para formação e capacitação de profissionais especializados ao atendimento das pessoas com TEA, pais e responsáveis; bem como, o acesso para a educação e ensino profissionalizante.

Em 2016, fundamentada pelo tratado da Organização das Nações Unidas – ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entra em vigor a Lei nº 13.146, popularmente conhecida por Lei Brasileira de Inclusão- LBI, no qual apresenta uma inovação ao conceito para pessoa com deficiência, que passou a ser entendido como o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial da pessoa, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Esse novo conceito pode ser entendido que a deficiência não fica marcada pelas características da pessoa, mas ela é atribuída na incapacidade da sociedade e do Estado de oferecer recursos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que garantam plenamente seus direitos.

### **3. O Estudante com Transtorno do Espectro Autista e as dificuldades encontradas na inclusão no ensino regular.**

A inclusão no ensino regular será discutida de forma mais detalhada, abordando não apenas os direitos garantidos por lei, mas também os desafios práticos enfrentados pelas escolas na implementação efetiva dessas políticas inclusivas.

Percebe-se que o termo “inclusão” está muito difundido, pois, as escolas são obrigadas a acatar esse paradigma da inclusão. Porém, em muitos casos, os estudantes com TEA são apenas matriculados nas escolas, sem estratégias que possam evidenciar uma plena inclusão escolar. Para Mittler (2003, p. 25), a inclusão na educação, envolve um processo de reestruturação das escolas como um todo, para que o aluno incluso tenha acesso a todas as possíveis oportunidades educacionais e sociais que ele necessite.

A escola é meio que apresenta muitos estímulos para a criança autista:

A acolhida implica em uma série de ressignificações na percepção do outro, bem como num conjunto de providências que envolvem desde espaços físicos até os espaços simbólicos, ambos propulsores das forças que qualificam a natureza dos laços sociais. Estes se manifestam por meio de interações, com trocas mútuas entre os dois grupos de atores: o dos excluídos e que se inserem na coletividade e os sócios dela participantes (CARVALHO, 2016, p. 53)

A necessidade de uma criança especial de apoio educacional não deveria se tornar um rotulo, essa é a inclusão ideal que se almeja, acolhê-lo na sua especificidade para que esse estudante se desenvolva ou fortaleça suas habilidades específicas.

## 4. Metodologia

O presente estudo teve como objetivo analisar como as políticas de inclusão estão sendo implementadas, considerando aspectos como acolhimento, adaptação de materiais, presença de professores de apoio, existência de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), depoimentos da mãe do sujeito envolvido no processo de aceitação na instituição de ensino, em criança que tem Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e transversal. Participaram do trabalho a mãe de uma criança com TEA, a Equipe Multidisciplinar dessa criança e os três professores da pesquisa. O instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada com a mãe da criança com TEA sobre sentimentos e concepções sobre a inserção da criança no ensino regular. A entrevista contemplou informações pessoais e profissionais com intuito de investigar sentimentos e concepções sobre inserção de uma criança com TEA, dificuldades encontradas e estratégias desenvolvidas. Foram utilizadas as seguintes questões: 1) Fale sobre a expectativa que você teve ao procurar a escola para matricular sua filha (a primeira escola). 2) Defina os sentimentos que você teve quando tirou ela da escola porque não estava de acordo com suas expectativas. 3) Que tipo de suporte você gostaria que a escola oferecesse? 4) O que as palavras exclusão e inclusão significam para você? 5) Descreva sua trajetória acadêmica. 6) O que você busca com o desenvolvimento dela?

## 5. Estudo de Caso

A seção do estudo de caso será expandida para incluir mais detalhes sobre a jornada de Alice (um nome fictício para preservação da identidade da mesma), desde os primeiros sinais percebidos pela mãe até a sua matrícula na escola regular. Vamos explorar com mais profundidade as interações da criança na escola, a resposta da escola ao diagnóstico e a colaboração entre a equipe transdisciplinar e a instituição de ensino.

Alice é uma criança que tem cinco anos de idade, diagnosticada com TEA, com suporte de nível 3, associada a epilepsia, não verbaliza, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, apresenta padrões restritos e repetitivos, interesses, sensoriais ou atividades.

A mãe relata que desde bebê notou que a criança apresentava características comportamentais diferentes, não respondia a pequenos estímulos, com mais de um ano ainda não engatinhava, não tinha interação social e era hipotônica. Percebendo que sua criança não estava desenvolvendo dentro dos marcos esperado, buscou atendimento com três diferentes pediatras pelo plano de saúde, os quais insistiram que a criança iria se desenvolver no seu devido tempo.

A família foi a procura de outra opinião médica na rede pública, e ela afirmou com base na tabela de desenvolvimento humano que a bebê era autista, porém, pediu para que ela fosse avaliada por um neuropediatra. Ele pediu alguns exames e a avaliação com uma equipe multidisciplinar, e ela foi encaminhada para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Neurologista avaliou exames de imagem e constatou que Alice tem uma comorbidade associada ao autismo, epilepsia, e atualmente toma medicações para evitar as crises. O médico a laudou com o CID F84.0, Transtorno do Espectro Autista.

No perfil neuropsicológico da Alice, ela apresentou um baixo nível global de todas as áreas cognitivas, alteração significativa no comportamento adaptativo, comportamento repetitivos como ecolalia, déficit em cognição social, interação social e atraso na comunicação expressiva e receptiva. Devido o rebaixamento em quase todas as áreas além do CID F84.0 Transtorno do Espectro Autista, o CID (F70) Deficiência Intelectual foi agregado como comorbidade, pois, devido a idade da criança o teste de Quociente de Inteligência (QI) não foi aplicado pela neuropsicóloga. No momento do laudo a criança não estava tendo intervenções com uma equipe multidisciplinar.

Por recomendação da psicóloga avaliadora, atualmente a criança está sendo acompanhada por psicóloga comportamental, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, pedagoga e musicoterapeuta, todas as intervenções são realizadas pela ciência ABA aplicada a TEA. Está sendo atendida por essa equipe faz uns 10 meses, o qual possibilitou ganhos no seu desempenho visual e na interação social, propõe algumas poucas falas funcionais, consegue se manter sentada por uma hora, adquiriu habilidades para comer usando a colher. Mediante esses ganhos uma nova neuropediatra descartou o CID (F70) de DI.

Em relatos, a mãe afirma que por meio dos atendimentos multifuncionais estavam no processo de desfraldar a criança, conseguiram, mas ao passar quatro horas na escola, Alice estava fazendo xixi na roupa e a professora sugeriu que voltassem a colocar a fralda. No momento a mãe já não estava insatisfeita com o pedagógico e retroceder em uma

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

conquista tão importante para a filha que era o desfraldar a opção da família foi tirar a criança da escola pelo restante do semestre. Relato da mãe:

O sentimento que tive ao tirar minha filha da escola, foi de decepção e fracasso e me senti uma péssima mãe pois eu como mãe de uma criança atípica deveria estar mais atenta, acreditei na diretora que afirmou que a escola era inclusiva, eu achei que a escola tinha um planejamento, já que tinha outras crianças com TEA, socialmente ela foi acolhida, mas pedagogicamente não tive suporte algum por parte da escola. Mas foi uma lição para mim, fiquei muito frustrada comigo, pois me culpei por ter falhado na escolha.

A mãe é participativa nas atividades da filha, orientada pela equipe transdisciplinar a genitora aplica o material, e em menos de um ano, os avanços são motivadores. Dizeres da mãe:

Eu sou graduada em Serviço Social, tenho um MBA em desenvolvimento de pessoas, hoje faço um curso em Assistente Terapêutico (AT), para ajudar a minha criança atípica, eu quero tentar trabalhar com ela dentro de casa e pretendo fazer mais curso voltados para as práticas com crianças atípicas.

O grande desafio tem sido a busca por uma escola pedagogicamente inclusiva. Nessa busca a mãe se deparou com escolas na rede regular, e as gestoras foram categóricas quanto à aceitação da matrícula da filha, a criança seria inserida em sala de aula, mas quanto ao pedagógico a diretora não garantia ganhos, pois, não teria equipe preparada para ofertar academicamente o que a genitora procurava. A escola poderia oferecer uma pessoa para acompanhar a aluna, mas sem formação na área da educação. Na escola pública a diretora afirmou que ela teria que dar entrada no Ministério Público para conseguir um apoio, mas ele também não tem qualquer formação na área da educacional. Falas da mãe:

Eu gostaria que as escolas ofertassem um apoio multidisciplinar, para que eu como mãe de uma criança atípica, não tivesse que ir no ministério público solicitar para que minha filha tivesse uma ajudante, e, não é nem uma assistente terapêutica (AT). Porque muitas crianças precisam de ajuda, que é o caso da minha filha que é suporte nível 3, inda bem que eu tenho o apoio financeiro da minha família que me possibilita ter algumas sessões básicas, mas, se eu dependesse de uma equipe no atendimento público minha filha não teria os ganhos que teve, porque crianças atípicas são capazes de desenvolver se tiver um estímulo correto, claro que dentro do seu tempo.

Os pais de crianças atípicas anseiam em contemplar o desenvolvimento do seu filho, por menor que sejam os ganhos. As terapias são intensas, todos os dias da semana e às vezes, mais de uma no dia, e até dispendiosas financeiramente. É notório que o sucesso no processo de ensino-aprendizagem de uma criança atípica é uma via de mão dupla, escola e família, uma complementa o trabalho da outra. Falas da mãe:

Anseio que a Alice seja autônoma, mas que seja incluída na sociedade, não como a criança autista, mas como a Alice, uma pessoa que tem suas limitações, que seja acolhida e respeitada, que tenha os mesmos direitos que uma criança típica. Desejo que ela seja feliz. Lógico que todas as mães de crianças com TEA de

suporte nível 3, deseja que o filho consiga migrar para o nível1, mas isso é uma consequência de um árduo trabalho entre a equipe multidisciplinar e o trabalho em casa.

## 6. Adaptações e Suporte

Esta nova seção abordará especificamente as adaptações necessárias para o sucesso acadêmico de crianças com TEA, incluindo a importância da equipe colaborativa, a presença de professores de apoio qualificados e o apoio da equipe multidisciplinar.

Evidentemente, para que uma criança especial seja incluída, é necessário a mudança de toda a estrutura da instituição escolar, o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as práticas em sala de aula, a socialização dentro e fora da sala de aula, e ainda as oportunidades de esporte, lazer e recreação. Essas mudanças incluem também adequações nas instalações físicas, inclusive ter uma sala de recursos, e esse espaço necessita de um profissional capacitado em educação especial.

A participação ativa de uma equipe colaborativa entre professor do ensino especializado e o professor do ensino comum, contribuem para que o processo de inclusão das crianças especiais nas escolas aconteça efetivamente. Para Mendes (2006, p 32) essa cooperação, é um modelo de prestação de serviço entre esses dois profissionais, com o objetivo de responder, inclusive as práticas de inclusão de estudantes com necessidades especiais, tendo a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar de forma conjunta para a acessibilizar o processo de ensino-aprendizagem.

A construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) é um direito garantido, que a criança que necessita de educação especial possui. É dever da escola planejar as atividades adaptadas segundo a especificidade de cada aluno, facilitando para o professor o processo de inclusão desse estudante.

Caso o estudante necessite de um apoio escolar, ou seja, de um professor auxiliar, é de responsabilidade da escola, fornecer esse suporte, o qual acompanhará a criança não só nas atividades em sala de aula, mas, em suas rotinas acadêmicas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da criança com TEA.

O ambiente escolar precisa estimular o aprendizado da criança seja ela típica ou atípica. Por isso o gestor e professores precisam conhecer a especificidade de cada aluno, para que a inclusão desse aluno seja efetivada. Uma criança autista que tem alteração sensorial ao adentrar a sala de aula, onde a parede está decorada e com excesso de informações, pode ser, que ele venha a se desregular. O transtorno de processamento sensorial pode afetar o desenvolvimento e o comportamento do aluno com TEA. Segundo Posar e Visconte (2018,p.11 ):

As alterações sensoriais são uma característica muito frequente que geralmente não é percebida devido às dificuldades de comunicação desses pacientes. De acordo com os critérios do DSM-5, esse tipo de sintomatologia é constituído por um aumento ou redução da reatividade à entrada sensorial ou por um interesse incomum em aspectos sensoriais

do ambiente. Há alguns exemplos citados pelo DSM-5: fascínio visual por luzes ou objetos que rodam, resposta adversa a sons ou texturas específicos, cheiro ou toque excessivos de objetos, aparente indiferença a dor, calor ou frio.

O conteúdo programático deve ser elaborado mediante a observação do potencial de cada criança com TEA. Segundo Candeias (1993, p.23) é necessário compreender o comportamento e o mundo mediante as dificuldades dos autistas para desenvolver estratégias de apoio e ajuda para que esse indivíduo seja de fato incluso.

Para a criança com deficiência intelectual o professor deve promover o acesso ao aluno ao conteúdo curricular

Posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor; Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal; Encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis; Estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado; Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares; Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir as informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando; Oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos. (Frias 2008/2009 p.14 .15).

As crianças com TEA precisam de estímulos para a execução de uma atividade, para a repetição de um comportamento desejado é necessário ser reforçado com algo de sua preferência, denominado de Reforço Positivo. Necessitam de comandos claros, quadro de figuras com rotinas podem ajudar nas instruções e na regulação desse indivíduo. Caso ela execute uma nova atividade de forma inadequada, o professor precisa intervir rapidamente, diminuindo as tentativas e erro. Utilizando o reforço positivo para que o comportamento adequado se repita.

O professor regente e o de apoio precisam buscar conhecimento sobre autismo, na web é possível encontrar diversos profissionais sérios, com conteúdo excelentes, inclusive muitos materiais adaptados acessíveis, que podem contribuir para a formação desse profissional, a fim de melhorar suas práticas educacionais inclusivas.

## 7. Desafios e Possíveis Soluções

Vamos explorar os desafios enfrentados pela mãe de Alice ao tentar garantir uma educação inclusiva. Além disso, será discutido como as escolas podem superar esses desafios, promovendo uma verdadeira inclusão e apoio às crianças com TEA.

A escola é um ambiente de diferentes estímulos para uma criança autista, não apenas o educacional, mas o social e o cognitivo. Apesar de estar em um mesmo ambiente que crianças típicas, a criança com TEA precisa ser visto como um ser único.

A inclusão de fato acontece a partir de uma perspectiva da gestão escolar, mesmo que os professores não são adeptos a incluir, por terem dificuldades em não saber lidar

com a especificidade do aluno especial, uma gestão democrática e participativa, consegue motivar a sua equipe, proporcionando a educação continuada, eventos com palestrantes da área inclusiva, tirando o foco da obrigatoriedade e levando o olhar desse professor o valor da sua contribuição na vida desse aluno. Mostrar os avanços de crianças que entraram na escola com poucas e ou nenhuma habilidade social e acadêmica, e que com as intervenções inerentes a escola a criança avançou dentro das suas possibilidades.

Uma escola inclusiva se preocupa com todos os estudantes, pois alguns não vão chegar à escola laudados, o profissional da educação especial pode formar os outros professores para ter um olhar atento as crianças que apresentam indicadores do TEA, ou outras comorbidades, a partir de um olhar atento, sem pré-julgamentos, mas possibilitando que mais crianças tenham a oportunidade de buscar atendimento médico e escolares, prevenindo a evasão escolar e ou a migração.

Em contextos escolares, professores que atuam em sala de aula nas redes educacionais brasileiras são os principais agentes da identificação de alunos com algum tipo de dificuldade escolar, emocional ou com atraso de desenvolvimento que impacta o desempenho acadêmico e o funcionamento adaptativo. (FARIAS et al., 2020, p.43).

A escola não pode ser totalmente responsabilizada pelo desenvolvimento integral do aluno com TEA, a escola, através da equipe colaborativa e juntamente com a equipe multidisciplinar, é um conjunto que contribui, para que esse indivíduo, tenha ganhos significativos, na sua autonomia, na interação social e no cognitivo. Portanto a equipe multidisciplinar exige que a família tenha recursos próprios para que a criança com TEA tenha acesso a esse tipo de tratamento. As crianças com TEA que estão em estado de vulnerabilidade social, quando não conseguem atendimento público o único estímulo que recebe é o da escola. Uma postura acolhedora implica estar atento e poroso às diversidades cultural, racial e étnica, afirma (Brasil, 2010, p.21).

A criança que não tem acompanhamento com uma equipe multidisciplinar, sendo a escola o único estímulo para que o desenvolvimento aconteça, certamente os ganhos serão bem menores do que deveriam ser com o acompanhamento extra escola.

## 8. Considerações Finais

O objetivo do presente trabalho foi analisar como as políticas de inclusão estão sendo implementadas em escola regular, considerando aspectos como acolhimento, adaptação de materiais, presença de professores de apoio (Equipe Multidisciplinar), existência de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e depoimentos da mãe do sujeito com Transtorno de Espectro Autista envolvido no processo de aceitação na instituição de ensino. Foi possível perceber que os primeiros sentimentos que prevaleceram na mãe da criança foram o medo e a insegurança da certeza de ela ter apoio e suporte durante todo o tempo de permanência escolar. Observa-se nesse estudo de caso a importância da Equipe Multidisciplinar no auxílio da aprendizagem do indivíduo, porém esse não foi foco desse trabalho, mas no contexto escolar é importante e imprescindível

que exista o ensino colaborativo, e assim com ações conjuntas dos dois convergem para o pleno desenvolvimento do aluno.

O presente estudo de caso, além de contribuir para o conhecimento da área, pode possibilitar um maior entendimento acerca da inserção-inclusão de alunos com TEA em escolas regulares. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é hoje uma temática relevante e atual. Considera-se que estudos que debatam e viabilizem o assunto são importantes para a reflexão sobre as práticas pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento dessas crianças e para o estabelecimento da inserção-inclusão escolar. A inserção-inclusão é inerente ao ser humano, ou seja, é direito de todos. Para que a inclusão aconteça considera-se importante a redução das condições que impossibilitam ou impedem o indivíduo de participar de modo pleno da sociedade, e que torne possível que ele exerça de modo pleno a cidadania. Sendo assim, acredita-se que os resultados da pesquisa contribuem com o avanço da reflexão acerca das práticas inclusivas a partir da compreensão dos sentimentos dos gestores escolares e dos atores do processo, diante dessa realidade.

No transcorrer da realização do estudo de caso, verificou-se existência de algumas limitações como, por exemplo, o efeito da desejabilidade social, que pode enviesar os dados em que os participantes da pesquisa falam aquilo que imaginam que o pesquisador gostaria de escutar. Apesar disso, acredita-se que os resultados encontrados demonstram uma perspectiva de como a inclusão do aluno com TEA é compreendida na atualidade. Desta forma, sugerem-se mais estudos que tenham como tema o foco deste, bem como a aplicação de diversos outros instrumentos.

## 9. Referências

BAPTISTA, Carlos. Roberto.; BOSA, Cleonice. (Orgs.) **Autismo e Educação. reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção, Brasília, DF, 2015; 7 jul.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, MEC, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Disponível em: Acesso em: 15 nov. 2023.

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

CANDEIAS, Maria Lourdes. **Autismo: sinais precoces**. 1993. Fórum Sociológico, 3, 25-3.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

DSM-IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Dayse Batista. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FARIAS, Thycia Maria Cerqueira. et al. **Conhecimento, práticas e atitudes sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação e na saúde: uma revisão**. Estudos interdisciplinares em saúde e educação nos distúrbios do desenvolvimento, organizadores: Alessandra Gotuzo Seabra et al. São Paulo: Memnon, p. 37-50, 2020.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **A inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. Paranavaí: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008/2009. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**/ Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. ONU, 2006. 48p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 14 nov. 2023.

POSAR, Annio; VISCONTI, Paola. **Alterações sensoriais em crianças com transtorno do espectro do autismo**. Jornal de Pediatria. vol. 94 n. 4 Porto Alegre. jul/ago. 2018.